

Grupo Vida – Brasil

**Demonstrações Contábeis acompanhadas
do Relatório dos Auditores Independentes**

Em 31 de dezembro de 2013

Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012	10

Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Paulista, 37 – 1º andar
Edifício Parque Cultural Paulista | Bela Vista
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
F +55 11 3887.4800
www.grantthornton.com.br

Aos:
Conselheiros e Administradores do
Grupo Vida – Brasil
Barueri – SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Grupo Vida – Brasil (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro. Nesta avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia destes controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo Vida – Brasil em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem fins lucrativos.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2014.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Rafael Dominguez Barros".

Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Grupo Vida – Brasil

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	107.787	88.214
Contas a receber	-	11.160	-
Estoques	4	64.957	175.647
Créditos diversos	-	13.133	27.749
Despesas antecipadas	-	110	187
Total do ativo circulante		<u>197.147</u>	<u>291.797</u>
Ativo não circulante			
Créditos diversos	-	4.000	-
Imobilizado	5	343.645	207.509
Intangível	6	35.538	2.621
Total do ativo não circulante		<u>379.183</u>	<u>210.130</u>
Total do ativo		<u>580.330</u>	<u>501.927</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Grupo Vida – Brasil

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2013	31/12/2012
Passivo circulante			
Fornecedores	-	397	745
Obrigações trabalhistas	7	253.859	215.694
Contas a pagar	8	112.472	38.171
Outros passivos	-	4.973	-
Total do passivo circulante		371.701	254.610
Passivo não circulante			
Provisões para demandas judiciais e administrativas	11	4.000	10.000
Total do passivo não circulante		4.000	10.000
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	12	237.317	286.188
Deficit do exercício	-	(32.688)	(48.871)
		204.629	237.317
Total do passivo e patrimônio líquido		580.330	501.927

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Grupo Vida – Brasil

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2013	31/12/2012
Receitas e contribuições			
Convênio – Prefeitura Municipal de Barueri	13	3.705.004	3.089.167
Convênio – Governo do Estado de São Paulo	13	10.140	10.140
Convênio – Governo Federal	13	66.960	61.380
Convênio – Governo do Estado de São Paulo – Equilíbrio	13	7.440	7.440
Convênio – Governo Municipal – Equilíbrio	13	210.754	144.618
Convênio – Projeto Vincular – Prefeitura Municipal de Barueri	13	1.265.595	714.107
Auxílio – Prefeitura Municipal de Barueri	13	109.100	40.000
Receitas de pessoas físicas	-	36.691	821
Receitas de pessoas jurídicas – doação de medicamentos	-	239.983	226.295
Receitas de captação	-	21.225	23.770
Outras receitas	-	145.379	58.009
Trabalho voluntário	14	378.666	-
		6.196.937	4.375.747
Despesas operacionais			
Salários e ordenados	-	(3.595.503)	(2.509.379)
Benefícios	-	(308.797)	(488.743)
Serviços de terceiros	-	(383.583)	(201.108)
Material de higiene e limpeza	-	(226.581)	(149.008)
Água, luz e telefone	-	(180.807)	(178.645)
Alimentação	-	(419.200)	(235.014)
Medicamentos e procedimentos	-	(285.144)	(255.474)
Materiais de consumo	-	(110.424)	(36.356)
Honorários profissionais	-	(16.356)	(31.027)
Material de escritório	-	(34.800)	(19.053)
Manutenção	-	(83.564)	(85.315)
Depreciação e amortização	-	(47.379)	(33.880)
Correio	-	(3.801)	(13.712)
Material pedagógico	-	(5.358)	(8.730)
Aluguel	-	(75.674)	(49.513)
Diversas	-	(67.491)	(148.606)
Trabalho voluntário	14	(378.666)	-
Total de despesas		(6.223.129)	(4.443.563)
Resultado financeiro líquido			
Despesas financeiras	-	(15.780)	(10.437)
Receitas financeiras	-	9.283	29.382
Total do resultado financeiro líquido		(6.496)	18.945
Deficit do exercício		(32.688)	(48.871)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Grupo Vida – Brasil

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Reservas patrimoniais</u>	<u>Superavit/ (deficit) do exercício</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)	28.033	197.000	61.155	286.188
Transferência do superavit do exercício anterior	61.155	-	(61.155)	-
Deficit do exercício	-	-	(48.871)	(48.871)
Transferência para patrimônio social	197.000	(197.000)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	----- 286.188	----- -	----- (48.871)	----- 237.317
Transferência do deficit do exercício anterior	(48.871)	-	48.871	-
Deficit do exercício	-	-	(32.688)	(32.688)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	----- <u>237.317</u>	----- <u>-</u>	----- <u>(32.688)</u>	----- <u>204.629</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Grupo Vida – Brasil

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Das atividades operacionais		
Deficit do exercício	(32.688)	(48.871)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	47.379	33.880
Provisão para contingências	(6.000)	20.000
Ajuste de refazimento	-	421.012
Decréscimo/ (acrécimo) em ativos		
Contas a receber	(11.160)	(40.833)
Estoques	110.690	(12.231)
Créditos diversos	10.616	-
Despesas antecipadas	77	-
(Decréscimo)/ acréscimo em passivos		
Fornecedores	(348)	203
Obrigações trabalhistas	38.165	105.002
Contas a pagar	74.301	6.104
Outros passivos	4.973	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>236.005</u>	<u>484.266</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Acrécimo de imobilizado e intangível	(216.432)	(53.002)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(216.432)</u>	<u>(53.002)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>19.573</u>	<u>431.264</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	88.214	519.478
No final do exercício	107.787	88.214
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>19.573</u>	<u>431.264</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Grupo Vida – Brasil é uma entidade civil sem fins lucrativos que tem como missão promover a defesa dos direitos e o exercício da cidadania do idoso, valorizando o envelhecimento e a qualidade de vida. Fundado em 1997, o Grupo Vida presta serviços gratuitos às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Localizada na Avenida Itaqui, nº 325 – Bairro Jardim Belval – Barueri – SP.

O Grupo Vida – Brasil tem trabalhado com o objetivo de desmistificar junto à comunidade os preconceitos relacionados ao envelhecimento, além de possibilitar aos idosos avanços quanto à percepção dos seus próprios direitos e deveres, elementos fundamentais para o exercício da cidadania.

Os projetos desenvolvidos têm como foco a saúde física e mental, assistência social, lazer recreativo, cultural e esportivo, e ações socioeducativas, proporcionando-lhes:

- união, autonomia, integração e participação efetiva na sociedade;
- resgate da cidadania por meio do conhecimento e do exercício de seus direitos e deveres, valorizando o envelhecimento;
- desenvolvimento da autoestima, da amizade com a família e a comunidade em um relacionamento de respeito;
- interação e a colaboração, compartilhamento com entidades congêneres e com a comunidade;
- participação de seus integrantes no desenvolvimento de projetos, por meio do lazer, de atividades pedagógicas, físicas, mentais e sociais, no intuito de promover saúde, longevidade e a melhoria da qualidade de vida em locais que permitam a troca de experiências vividas.

A principal fonte de receita são as subvenções da Prefeitura do Município de Barueri, que anualmente libera verbas para manutenção das atividades, avaliando o orçamento e liberando os recursos ao longo do ano.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de apresentação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem fins lucrativos, que compreendem os pronunciamentos NBC TG 1.000 “Contabilidade para pequenas e médias empresas” e ITG 2002 “Entidade sem finalidade de lucro”, ambos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis do Grupo Vida – Brasil (Entidade ou Grupo Vida), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram autorizadas para emissão pelos conselheiros e administradores da Entidade em 01 de fevereiro de 2014.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As práticas adotadas para a elaboração destas demonstrações contábeis são:

a) **Apuração do resultado – receitas e despesas**

As receitas oriundas de doações, subvenções e contribuições são registradas conforme determina a ITG 2002 (Entidades sem fins lucrativos) do CFC, mediante documento-hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência.

b) **Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos de outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem um vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

c) **Estoques**

São registrados ao custo da última compra não inferiores ao valor de mercado.

d) Despesas antecipadas

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os benefícios econômicos são auferidos.

e) Imobilizado

A Entidade optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: **(i)** o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Entidade; **(ii)** o ativo imobilizado da Entidade é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais e **(iii)** a Entidade possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, doação ou construção corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo, de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 5 e reconhecida no resultado do exercício, estando sujeita à análise sobre sua recuperabilidade.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

f) Obrigações trabalhistas

O referido grupo contempla as previsões trabalhistas decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

g) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

h) Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativa de vida útil dos ativos imobilizados, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

i) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

j) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

k) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está sendo apresentada de acordo com a Resolução CFC nº 1.296/2010, que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, utilizando-se o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- **atividades operacionais:** referem-se às principais transações da Entidade e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- **atividades de investimento:** referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos;
- **atividades de financiamento:** referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

2.3. Novos pronunciamentos e principais práticas contábeis ainda não adotadas

Novas normas e interpretações de normas ainda não adotadas

As práticas contábeis adotadas para a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são consistentes.

Até a data de divulgação destas demonstrações contábeis, os seguintes pronunciamentos e interpretações contábeis foram emitidos ou sofreram alterações substanciais, porém não eram de aplicação obrigatória para o exercício de 2013:

No Brasil	Pronunciamento		Aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de:
	Correspondente internacional	Assunto	
(a) CPC 38 (R1)	IFRS 9	Instrumentos financeiros	01 de janeiro 2015
(b) N/A	IFRIC 20	Custos de remoção de resíduos incorridos na atividade de mineração de superfície	01 de janeiro 2013

- (a) **CPC 38 (R1)/ IFRS 9:** o CPC 38 (R1) ainda não foi emitido no Brasil. O correspondente internacional, IFRS 9, já foi emitido e encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 “Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração”. O IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. O CPC 38 (R1)/ IFRS 9 traz também alterações nos CPC 39 e CPC 40 (IAS 32 e IFRS 7). Esta norma passa a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015;
- (b) **IFRIC 20:** o IFRIC 20 ainda não foi traduzido e emitido no Brasil. Trata da contabilização de custos incorridos por companhias mineradoras na remoção de resíduos para ter acesso aos minérios. O tratamento contábil dos custos de remoção de acordo com o IFRIC 20 dependerá de a correspondente atividade resultar em produção de estoques ou uma melhoria no acesso aos minérios. O IFRIC 20 inclui orientações adicionais no reconhecimento dos ativos, alocação dos custos e na mensuração inicial e subsequente dos ativos da atividade de remoção.

A Entidade não espera impactos significativos sobre as demonstrações contábeis na adoção inicial dos novos pronunciamentos e interpretações. O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações relacionadas às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 estavam representados por:

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	106.317	50.454
Aplicações financeiras	1.470	37.760
	107.787	88.214

As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em fundos de DI efetuados junto a instituições financeiras de primeira linha, com rentabilidade média, girando em torno das variações das taxas SELIC e CDI com a liquidez imediata.

4. Estoques

Os saldos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 estavam representados por:

	31/12/2013	31/12/2012
Alimentação	-	25.143
Medicamento	48.002	46.112
Procedimentos para curativos	16.954	57.203
Cama, mesa e banho	-	16.622
Higiene e limpeza	-	13.350
Utensílios domésticos	-	255
Manutenção e EPI	-	2.835
Material de escritório	-	14.127
Total	64.957	175.647

5. Imobilizado líquido

Os saldos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 estavam representados por:

Descrição	% – Taxa de depreciação	2013			2012
		Custo	Depreciação	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido
Móveis e utensílios	10%	179.185	(50.360)	128.824	105.331
Benfeitoria em imóveis de terceiros	50%	2.900	(1.208)	1.692	17.032
Equipamentos de informática	20%	84.999	(43.414)	41.585	85.015
Máquinas e aparelhos	10%	117.186	(37.221)	79.965	-
Instalações	10%	1.590	(53)	1.537	-
Ferramentas e acessórios	10%	962	(920)	41	131
Veículos	33%	90.000	-	90.000	-
Total		476.822	(133.177)	343.645	207.509

Movimentação do imobilizado em 2013

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2012	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/2013
Móveis e utensílios	105.329	37.926	-	(14.431)	128.824
Equipamentos de informática	17.033	36.507	-	(11.955)	41.585
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	2.900	-	(1.208)	1.692
Máquinas e aparelhos	85.017	8.493	-	(13.545)	79.965
Instalações	-	1.590	-	(53)	1.537
Ferramentas e acessórios	130	-	-	(88)	41
Veículos	-	90.000	-	-	90.000
Total	207.509	177.417	-	(41.281)	343.645

6. Intangível líquido

Os saldos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 estavam representados por:

Descrição	% – Taxa de amortização	2013		2012
		Custo	Amortização	Intangível líquido
Direito de uso de software		44.708	(9.750)	34.958
Marcas e patentes		580	-	580
Total		45.288	(9.750)	35.538

Movimentação do intangível em 2013

Descrição	Saldo líquido em 31/12/2012	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/2013
Direito de uso de software	2.041	39.016	-	(6.099)	34.958
Marcas e patentes	580	-	-	-	580
Total	2.621	39.016	-	(6.099)	35.538

7. Obrigações trabalhistas

Os saldos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 estavam representados por:

	31/12/2013	31/12/2012
Provisão de férias e encargos	253.859	215.694
	253.859	215.694

8. Contas a pagar

Os saldos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 estavam representados por:

	31/12/2013	31/12/2012
Devolução do repasse para a prefeitura	98.047	21.648
Outras contas a pagar (água, luz e telefone)	14.425	16.523
	112.472	38.171

9. Tributos e contribuições

9.1. Isenções previdenciárias

A Entidade encontra-se com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social regular, sendo que até outubro de 2010 não vinha utilizando-se da prerrogativa da isenção da cota patronal do INSS por estar aguardando a aprovação por parte dos órgãos competentes do reconhecimento da isenção de contribuições sociais.

Esta autorização foi efetuada pela Receita Federal do Brasil (RFB), sendo que a Entidade passou a beneficiar-se da isenção a partir de novembro de 2010.

9.2. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Por ser uma Entidade sem fins lucrativos, o Grupo Vida – Brasil é isento do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os Artigos 167. a 174. do Regulamento de Imposto de Renda (RIR) aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/1999, e o Artigo 195. da Constituição Federal (CF).

9.3. PIS

Por ser uma Entidade sem fins lucrativos está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1%, de acordo com a Lei nº 9.532/1997.

9.4. COFINS

Por ser uma Entidade sem fins lucrativos a Entidade é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nº 9.718/1998 e 10.833/2003, sujeitando-se ao pagamento desta sobre suas demais receitas.

10. Isenções previdenciárias usufruídas

Em atendimento ao parágrafo único, Artigo 4º do Decreto nº 2.536 de 07/04/1998, são demonstrados a seguir os valores relativos às isenções previdenciárias, como se devidos fossem, gozadas durante os exercícios de 2013 e de 2012:

	31/12/2013	31/12/2012
INSS	817.226	641.495
	817.226	641.495

11. Provisões para demandas judiciais e administrativas

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas cíveis, fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

As questões, avaliadas como passíveis de perda foram objeto de registro contábeis e totalizaram os seguintes montantes:

	31/12/2013	31/12/2012
Trabalhista	4.000	10.000
	4.000	10.000

Provisionamento para fazer em face de eventuais perdas em processos trabalhistas.

12. Patrimônio social

O patrimônio social é constituído pela dotação inicial diminuído dos deficit e acréscidos dos superavit acumulados desde a fundação da Entidade.

13. Projetos desenvolvidos (gratuidades)

A Entidade é subvencionada com recursos do Governo Federal, Governo Estadual e do Município, além dos recursos e doações recebidos de pessoas físicas e jurídicas e brechós, destinando-os aos programas desenvolvidos.

No atendimento ao disposto no inciso VI, do Artigo 3º, do Decreto nº 2.536/1998, a Entidade nos anos de 2013 e de 2012, concedeu as seguintes gratuidades:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Residência	3.705.718	3.089.750
Equilíbrio	229.976	150.000
Ciclo de orientação	-	10.257
Vincular	1.343.706	729.790
(-) Aplicação de recursos	(5.276.946)	(3.958.149)
(-) Recurso a devolver ao órgão parceiro	(98.047)	(21.648)
Total	-	-

13.1. Demonstrativo da aplicação dos recursos por projeto

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Residência	3.724.288	3.089.167
Equilíbrio	234.652	144.618
Ciclo de orientação	28.513	10.257
Vincular	1.289.493	714.107
Total	(5.276.946)	(3.958.149)

14. Trabalho voluntário

Como boa prática de governança adotada e para a economicidade do projeto, a despeito de estar prevista esta possibilidade no Artigo 4º da Lei nº 9.790/1999 e de estar previsto no Estatuto social do Grupo Vida (Artigo 12. § 2º), a Diretora Executiva não recebe qualquer remuneração por sua atuação no Grupo Vida. Não recebem também qualquer remuneração o Presidente do Conselho Deliberativo, os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, conforme previsto no Estatuto Social do Grupo Vida (Artigo 12. § 2º).

Desta forma, visando ao atendimento das práticas contábeis aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro, especificamente a Resolução do CFC nº 1409/2012, norma ITG 2002, na tabela a seguir demonstramos os valores justos estimados dos trabalhos voluntários recebidos pelo Grupo Vida, como se houvesse ocorrido o desembolso financeiro com estes eventos e/ou profissionais:

Descrição	Horas	R\$	
		Médio hora	Total
Atuação Diretoria	720	344	247.807
Atuação Conselho Deliberativo	120	344	41.301
Atuação Conselho Consultivo	90	233	20.960
Demais voluntários	978	70	68.597
Total	1.908	991	378.666

15. Partes relacionadas

A Entidade não possui operações com partes relacionadas. A remuneração da Administração está divulgada na Nota Explicativa nº 14 “Trabalho voluntário”.

16. Cobertura de seguros

A Entidade mantém cobertura de seguros, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ ou responsabilidades. As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

17. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Entidade restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo e fornecedores, em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, à rentabilidade e à minimização de riscos. A Entidade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

* * *